

ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Lira vira fator essencial nas pautas de Lula

Governo encerra primeiro semestre do ano com saldo positivo no Congresso. Neste cenário, o presidente da Câmara foi o principal articulador nas pautas de interesse do Planalto. Do lado da oposição, senador Rogério Marinho ganha protagonismo

» RAFAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS

Jefferson Ruy/Agência Senado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fecha o primeiro semestre do ano com vitórias importantes no Congresso Nacional. O governo garantiu a aprovação de pautas de extremo interesse como a Medida Provisória (MP) da Esplanada, o arcabouço fiscal, o Projeto de Lei do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e, agora, caminha para a conclusão da reforma tributária até outubro. Neste cenário, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), se tornou figura central das articulações.

Antes mesmo do início da terceira gestão de Lula, Lira demonstrou ser um grande fomentador das pautas defendidas pelo Planalto. Ele se posicionou pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 32/2022, conhecida como PEC da Transição, que viabiliza o aumento em R\$ 145 bilhões do teto de gastos no Orçamento de 2023 para bancar despesas como, por exemplo, o Bolsa Família e a Farmácia Popular.

Mais recentemente, o congressista priorizou a discussão sobre a reforma tributária na pauta. Nos bastidores, os deputados afirmam que a votação do projeto antes do recesso parlamentar só foi possível por conta da influência do presidente da Casa. Por outro lado, Lira foi o maior obstáculo do governo. Em maio, a Câmara dos Deputados derrubou trechos de dois decretos do governo Lula que mudavam o marco legal do saneamento.

Como compensação, Lira e o Centrão conseguiram maior abertura no Executivo, com a entrada recente do deputado federal Celso Sabino (União-PA) no Ministério do Turismo e a reativação da Fundação Nacional da Saúde (Funasa). Agora, a ala busca mais espaço na Esplanada e em gestões de bancos públicos.

Outro personagem fundamental nesse processo é o deputado José Guimarães (PFC-CE). Em meio aos governistas, o parlamentar, muito próximo de Lira, auxiliou na articulação das pautas do Planalto e buscou equilibrar os posicionamentos dos políticos — que, em maioria, criticavam a atuação do ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Apesar de não ser congressista, outro nome fundamental para o governo costurar acordos em torno das pautas econômicas foi o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Elogiado por integrantes do governo, de centro e até mesmo do PL (partido de Jair Bolsonaro), ele vem mostrando ser um negociador habilidoso. O chefe da pasta é responsável por resolver problemas no PL do Carf, ao negociar acordo com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Discordâncias

O semestre foi marcado por um embate entre Arthur Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O motivo foi a forma de tramitação das MPs, enquanto o deputado defendia



Lira acelerou pautas de extremo interesse do Planalto na Câmara, como a reforma tributária e o arcabouço fiscal. Parlamentar também se posicionou a favor da PEC da Transição

Veja quem foram os principais articuladores no Congresso Nacional neste primeiro semestre

André Pereira/Agência Senado



Rodrigo Pacheco esteve no centro de importantes decisões no Congresso

Edilson Costa/PA Press



Ministro Rui Costa é alvo de críticas no Congresso

Edilson Costa/PA Press



Deputado Agumaldo Ribeiro é relator da reforma tributária

Edilson Costa/PA Press



Deputado Claudio Cajado é relator do novo arcabouço fiscal

Pablo Valaduez/Agência Câmara



Líder do governo na Câmara, José Guimarães é nome próximo de Lula

Edilson Costa/PA Press



Deputado Reginaldo Lopes foi presidente do GT da reforma tributária

Pablo Rodrigues/Prozetem/Agência Brasil



Fernando Haddad esteve presente nas articulações no Congresso

Jefferson Ruy/Agência Senado



Rogério Marinho se consolidou como protagonista da oposição

ganhar mais destaque. O texto sob relatoria de Eduardo Braga (MDB-AM), líder do partido na Casa, passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir ao Plenário.

Reforma tributária

Na última semana, o senador estimou que o relatório deve ser votado em outubro e disse que vai ouvir os estados para a conclusão do documento. "Vamos ouvir diversas instâncias federativas. Vamos ouvir os estados, os grandes e os pequenos municípios. O Senado representa a Federação e mesmo que seja formado por políticos majoritários, é uma casa de diálogo e compreensão política", afirmou Braga.

Do lado da oposição, o senador Rogério Marinho (PL-RN) foi um fator importante, especialmente sobre o Marco do Saneamento. O parlamentar, que disputou com Rodrigo Pacheco a presidência do Senado, se consolidou como líder da oposição. O ex-ministro de Jair Bolsonaro se apoia na base bolsoneirista da Casa.

No caso do Marco do Saneamento, governo e oposição chegaram a um entendimento de que os dois decretos (11.466 e 11.467) seriam revogados pelo presidente Lula. Um novo texto será apresentado, trazendo apenas as partes sobre as quais não há questionamentos. Parlamentares argumentam que os decretos invadiam a competência do Legislativo, ao tratar de pontos que deveriam estar em projeto de lei.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2